



CIDADANIA ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE POTENCIALIDADES DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Natália Ledur Alles¹

RESUMO: O presente artigo busca refletir sobre as possibilidades da comunicação comunitária como espaço de construção da cidadania de grupos estigmatizados. Retomando características da comunicação comunitária e ideias sobre identidade e cidadania, o artigo destaca a necessidade de reconhecimento e aceitação das características e identidades estigmatizantes por parte dos próprios sujeitos discriminados para que possam se organizar e utilizar as ferramentas comunicacionais para a elaboração de novas representações sobre suas identidades e grupos sociais, bem como para difundir suas reivindicações enquanto sujeitos participantes da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação Comunitária; Cidadania; Identidades; Grupos Estigmatizados.*

¹ Doutoranda em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS). Jornalista graduada pela PUCRS. Principais temas de pesquisa: comunicação comunitária, cidadania, representações sociais na comunicação, pessoas em situação de rua. E-mail: natalia.alles@gmail.com

Introdução

Considerando que a construção da cidadania e a luta de certos grupos pelo reconhecimento enquanto cidadãos se dá nas mais distintas instâncias da vida cotidiana, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a comunicação como potencial espaço de reivindicação de grupos estigmatizados para que sujeitos com identidades divergentes dos padrões morais e físicos estabelecidos na sociedade recebam um tratamento mais igualitário. Na atualidade, conforme afirma Barbalho (2005), não há como descartar a importância do espaço comunicacional e midiático no fazer político. No mesmo sentido, Thompson (2005 *apud* FAUSTO NETO, 2006) coloca que a visibilidade midiática tornou-se uma das principais alavancas através das quais as lutas sociais e políticas são conduzidas e articuladas. Entretanto, acredito que os jornais e programas de televisão dos grandes veículos midiáticos nos concedem diariamente exemplos que permitem que concordemos com Burch (2008), para quem os meios de comunicação comerciais são também responsáveis pela estigmatização dos movimentos sociais, criminalização dos protestos e discriminação dos setores marginalizados e das organizações que com eles trabalham.

2

Assim, dentre as formas possíveis de comunicação, considera-se que os meios de comunicação comunitária ou alternativa se constituem como principais meios para a construção, por parte destes grupos, de uma cidadania ativa, um espaço político conquistado pelos cidadãos portadores de direitos e deveres – diferentemente de uma cidadania outorgada pelo Estado a sujeitos com identidades estigmatizadas, mas que não se organizam enquanto grupo (CHAUÍ, 1984 *apud* FAXINA, 2012). A reapropriação da comunicação como estratégia de luta social por parte dos movimentos sociais latino-americanos apontada por Burch (2008) é demonstrativa da participação ativa de alguns grupos na construção de suas próprias representações sociais e da conexão por vezes existente entre a comunicação e a ação social dos coletivos organizados. A partir de acontecimentos como o Fórum Social Mundial, nos coloca Martín-Barbero (2006), a comunicação passou a ser pensada como item estratégico para a configuração de um novo espaço público e de cidadania que engloba as redes de movimentos sociais e os meios de comunicação comunitária.

Retomando autores que abordam questões de cidadania, identidades e de comunicação comunitária, aliados a exemplos oriundos de pesquisas já realizadas com dois grupos estigmatizados – o de moradores de rua e o de prostitutas (esta ainda em fase inicial) – busca-se neste artigo promover uma reflexão sobre a necessidade da existência de espaços para que os grupos marginalizados possam se expressar, bem como sobre as potencialidades da produção comunicacional destes coletivos na desconstrução de representações preconceituosas, na aceitação das identidades que não se enquadram nas normas vigentes e no aprimoramento da interação entre tais grupos e o restante da sociedade.

Comunicação comunitária e cidadania

Ser tematizado pelos meios de comunicação é, conforme Barbalho (2005), um dos requisitos para que as discussões a favor do reconhecimento das minorias encontrem ressonância na sociedade. A necessidade de visibilidade midiática para que os problemas sociais existam publicamente e, conseqüentemente, passem a ser examinados pelo poder político, também é ressaltada por Champagne (1997): para o autor, é muito difícil agir politicamente fora dos meios de comunicação. Assim, considerando que nos meios de comunicação tradicionais não há espaço para que muitos grupos estigmatizados se manifestem², a comunicação comunitária ou mesmo os espaços de expressão surgidos a partir da internet constituem-se como alternativas para que os sujeitos participem efetivamente dos processos de reivindicação e negociação do reconhecimento de seus direitos em diversas instâncias da vida social, não buscando apenas uma decisão de Estado que os inclua em certos grupos.

² Como exemplo, cito trecho de entrevista realizada com Carmen Lúcia Paz, militante e uma das coordenadoras do Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre (NEP), em maio de 2012. Sobre a cobertura da mídia aos assuntos relacionados à prostituição, Lúcia fala: “o que sai na mídia é totalmente distorcido. Totalmente não, mas eles dão mais valor para aquele lado oposto, o lado contrário, aquele que está contra. Por exemplo, se é um problema nosso com a secretaria de Segurança Pública, eles colocam tudo o que o secretário fala, mas não colocam o que nós falamos que foi o problema real, que causou aquela violência ou violação. O espaço é muito pequeno e nós ficamos sempre com poucas palavras e essas poucas palavras ainda são mal interpretadas, não é o que nós dissemos de verdade”.

A comunicação comunitária tem como uma de suas principais características um direcionamento para uma estrutura polifônica, ou seja, a possibilidade de que novas vozes se engendrem no tecido social. Para Paiva (2007), a partir da comunicação comunitária a pluralidade de vozes tem perspectivas de se tornar real:

Estima-se que seja possível a inserção de grupos até então à margem do espectro de visibilidade. E os registros vão para além da inserção de novos sujeitos. Pode-se perceber o incontestável interesse pelo novo, pelo que se encontra excluído dos discursos postos em circulação pela mídia hegemônica (PAIVA, 2007: 140).

Tal pluralidade, afirma a autora, democratiza o diálogo e faz com que os envolvidos no processo de produção sejam conhecidos por distintos coletivos ao mesmo tempo em que também conhecem outros grupos e propostas. Isto contribui para modificar olhares preconceituosos tanto dos produtores quanto dos que com eles interagem ou dos que têm acesso ao que é produzido pelos grupos estigmatizados. A partir de pesquisa com o jornal Boca de Rua, veículo de comunicação comunitária produzido por pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre, foi possível perceber que o contato dos moradores de rua com sujeitos que não fazem parte deste grupo, tanto nos momentos de entrevistas e de produção do jornal quanto durante a venda do periódico, modifica significativamente o tipo de interação estabelecida. Pessoas que não manteriam contato com os moradores de rua o fazem devido ao jornal Boca de Rua, independentemente dos papéis que desempenham na sociedade. Através do jornal, os moradores de rua também conseguem se aproximar de outros grupos estigmatizados e passam a conhecer suas reivindicações, muitas vezes semelhantes às de quem vive nas ruas – visibilidade, respeito aos direitos, implantação e desenvolvimento de políticas públicas, combate à repressão policial, entre outros.

O exemplo do jornal Boca de Rua demonstra que participar da comunicação amplia a cidadania ao permitir que a pessoa se torne sujeito de atividades ligadas à ação na comunidade e nos meios de comunicação – o que, para Peruzzo (2001), resulta também em um processo educativo. Ao inserir-se nestes projetos, o indivíduo pode modificar sua concepção sobre distintos assuntos, relacionando-se de outra maneira com o mundo e somando novos elementos à sua cultura. Os meios de comunicação comunitária têm, portanto, um duplo potencial educativo e de construção da cidadania, tanto pelo processo de produção do veículo quanto pelo conteúdo das mensagens que

são transmitidas. A educação para a cidadania ocorre na construção de uma comunicação em que a pessoa é protagonista de seu processo de conhecimento e pode educar-se a partir do envolvimento em atividades concretas e em novos relacionamentos que o ambiente permite que se estabeleçam (PERUZZO, 2001).

A atuação junto a meios de comunicação comunitária amplia também o conhecimento sobre as causas, necessidades e reivindicações do grupo organizado, já que é preciso se aprofundar para poder repassar as informações. De acordo com Nunes (2005), o papel dos meios de comunicação comunitária não se resume à divulgação da causa de determinado movimento social: eles também fortalecem tais movimentos ao ampliar a percepção dos militantes, podendo levar, enfim, à configuração de um movimento político.

Além disto, o conteúdo produzido nos projetos de comunicação comunitária, ao envolver os próprios sujeitos estigmatizados, permite que as representações negativas e preconceituosas sejam desconstruídas e reelaboradas através dos olhares dos indivíduos que são alvo de exclusão e, por vezes, de violência. A exclusão, afirma Jodelet (2006), é instaurada e mantida devido à construção de alteridade feita a partir das representações sociais – e os meios de comunicação difundem amplamente as representações que deslegitimam e afastam moralmente determinados grupos do campo de valores “aceitáveis”, desumanizando-os. Os veículos de comunicação comunitária são, portanto, espaço de expressão dos grupos excluídos e de divulgação de representações contra-hegemônicas que podem, especialmente através da internet, chegar aos mais variados grupos e indivíduos e modificar percepções e atitudes discriminatórias através do conhecimento de outras visões.

A necessidade do reconhecimento do estigma

Embora sejam espaços importantes para que os sujeitos estigmatizados possam tentar transformar o olhar preconceituoso a eles dedicado, os meios de comunicação comunitária exigem que o sujeito assuma sua identidade estigmatizada e se mobilize coletivamente para garantir direitos ao seu grupo. Este é o processo de construção ativa da cidadania que, de acordo com Faxina (2012), compreende as lutas no âmbito da

organização social e pela criação e legitimação de espaços de construção coletiva de direitos. Segundo ele, tal ideia de cidadania forjada na luta tem estreita ligação com a noção de pertencimento:

“o reconhecimento do cidadão como sujeito desse processo de conquista da cidadania, sentindo-se parte dele, pertencente a ele; o cidadão só se sente parte daquilo que faz parte dele, que é quase sua extensão” (FAXINA, 2012: 96).

A construção da identidade moderna supõe o reconhecimento dos outros “significativos”, mas também exige que o sujeito escolha e redefina sua identidade (Cortina, 2005, p.156). É legítimo que cada indivíduo decida quais os grupos e, conseqüentemente, sentimentos de pertencimentos que considera mais importantes ou edificantes na sua identidade, bem como “em relação a quais grupos está disposto a empreender uma luta pelo reconhecimento, e em relação a quais não está”. A autora, retomando Iris Young, afirma que os indivíduos marginalizados geralmente compartilham um sentido de sua identidade comum e também são identificados pelos outros como sendo de um mesmo grupo social. Ao precisar lutar pelo reconhecimento, os pertencentes a um determinado grupo se identificam por compreenderem de forma semelhante as relações sociais e pessoais, bem como a construção da história. Martín-Barbero (2006) afirma que a identidade é o que dá sentido à vida do indivíduo e que ela é construída no diálogo e na negociação do reconhecimento pelos outros. O reconhecimento, para ele, relaciona-se com alguns direitos que precisam ser impulsionados:

“o direito à participação quanto à capacidade das comunidades e dos cidadãos à intervenção nas decisões que afetam seu viver, capacidade que se encontra, hoje, estreitamente relacionada a uma informação veraz e na qual predomine o interesse comum sobre o do negócio; e, segundo, o direito à expressão nas mídias de massa e comunitárias de todas aquelas culturas e sensibilidades majoritárias e minoritárias, através das quais passa a ampla e rica diversidade da qual são feitos nossos países” (MARTÍN-BARBERO, 2006: 67).

A democracia necessita, segundo o autor, de uma cidadania que contemple as identidades e as diferenças e dê destaque aos direitos dos cidadãos que compõem as variadas comunidades culturais. Os países latino-americanos precisam adotar a linha da ética da comunicação, diz Martín-Barbero, que não se concentra em valores absolutos, mas em estratégias de luta contra a exclusão social, política e cultural dos pobres e das

minorias étnicas ou sexuais. O direito à expressão e à comunicação, portanto, são elencados como fundamentais para o reconhecimento e respeito das minorias discriminadas, já que estes grupos buscam se tornar visíveis em suas diferenças. Ao utilizarem os meios de comunicação comunitária, os coletivos e movimentos sociais não costumam buscar a supressão das características que os fazem diferentes, mas sim a legitimação dos costumes, modos de vida ou lutas que não são aceitos. Pensando no jornal *Boca de Rua*, produzido pelos moradores de rua de Porto Alegre, e no jornal *Beijo da Rua*³, produção do movimento organizado de prostitutas, percebe-se uma tentativa de humanização dos dois grupos excluídos: ambos os grupos reconhecem suas diferenças, mas também reforçam suas semelhanças com as demais pessoas ao afirmar que, como os demais, possuem sonhos, desejos, enfrentam dificuldades e buscam ser respeitados. Além disto, é notória a demarcação de que estes sujeitos não podem ser definidos somente por uma das diversas identidades pelas quais transitam, já que, além de profissionais do sexo ou moradores de rua, os participantes destes jornais comunitários são também membros de famílias, possuem crenças religiosas, são por vezes estudantes, possuem distintas naturalidades, frequentam diferentes instituições ou organizações não governamentais - ou seja, possuem trajetórias pessoais diferentes entre si que merecem ser consideradas nos processos de interação. Em ambos os casos, moradores de rua e prostitutas reconhecem-se enquanto membros de grupos estigmatizados e lutam por uma aceitação destas condições, sejam elas opcionais ou não, e por um tratamento menos discriminatório. Contudo, demonstram que, em suas diferenças, possuem semelhanças com coletivos que não são alvo de preconceito, discriminação ou violência.

Nos grupos estigmatizados, a aceitação e a disposição de lutar pelo reconhecimento parecem-me fundamentais para a organização e busca de espaços comunicacionais que desconstruam estereótipos e representações negativas. Se não

³ O jornal *Beijo da Rua* é uma publicação da Rede Brasileira de Prostitutas produzida pela ONG *DaVida*, do Rio de Janeiro. Publicada periodicamente entre 1988 e 2007, o *Beijo da Rua* tinha como principais fontes as profissionais do sexo e abordava temáticas relacionadas à discriminação e às reivindicações da categoria. O Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre (NEP), entidade membro da Rede Brasileira de Prostitutas, recebia as versões impressas do *Beijo da Rua* e por vezes colaborava com o jornal enviando textos e artigos.

aceitam as características que lhes colocam em grupos estigmatizados, ou então aceitam como justo ou merecido o estigma que lhes é imposto, os sujeitos não se mobilizam na luta por um olhar e um tratamento igualitário por parte dos outros cidadãos. Como exemplo, pode-se pensar no caso das profissionais do sexo e do Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre (NEP), entidade que congrega prostitutas, fornece assessoria jurídica, orientações na área da saúde e por vezes realiza oficinas sobre direitos humanos, cidadania e direitos trabalhistas para conscientizar as profissionais do sexo. Criado no final da década de 1980, o NEP continua sendo comandado por suas fundadoras, que hoje estão na faixa dos 50 anos. Em conversa com Nilce, uma das profissionais do sexo que atua no NEP desde o início, percebe-se que a entidade encontra dificuldades para engajar prostitutas mais jovens no trabalho de atendimento às profissionais do sexo e na luta pelo reconhecimento da prostituição como profissão, o que ampliaria os direitos das mulheres que com isso trabalham. Como afirma Cortina (2005: 158):

uma das maiores dificuldades das identidades coletivas no mundo moderno é que elas dependem que os indivíduos que supostamente as compõem possuam um forte sentido de pertença e estejam dispostos a estabelecer uma autêntica luta pelo reconhecimento dos outros, porque essa qualidade lhes parece indispensável para o desenvolvimento de sua identidade.

Assim, podemos pensar que com poucas mulheres dispostas a se identificarem como prostitutas para buscar os direitos da categoria e a diminuição do preconceito por parte da sociedade, o movimento organizado de prostitutas vai envelhecendo, enfraquecendo e tornando-se menos apto a lidar com as mudanças tecnológicas que ocorrem nos processos de comunicação e interação.

A comunicação comunitária em tempos de internet

Os suportes tecnológicos que modificaram as formas de interação na atualidade podem ser vistos como potencialidades para a ampliação da atuação dos movimentos sociais. Especialmente através da internet e das redes de comunicação nela existentes, como blogs e redes sociais, novos públicos podem ser atingidos e diálogos com coletivos de variados interesses e lugares podem ser estabelecidos. A comunicação comunitária, portanto, pode perder sua delimitação espacial e tornar-se fonte de

informação para milhares de pessoas que antes não tinham acesso a determinados veículos comunitários. Não só o público interessado consegue encontrar mais opções e informações, mas os próprios movimentos sociais têm mais condições para organizar-se em maiores escalas e acompanhar o que vêm acontecendo com grupos semelhantes ou parceiros em outros locais do Brasil e do mundo.

Através das ferramentas disponibilizadas na sociedade atual, amplia-se também a interação dos sujeitos produtores com seus leitores, já que jornais impressos, por exemplo, dificultam o diálogo entre receptores e os movimentos sociais. A internet possibilita respostas mais rápidas e conexões com diversos conteúdos disponibilizados na rede, o que propicia a tentativa por parte dos produtores (ou mesmo de outros leitores) de desconstrução de ideias preconceituosas que persistam nos receptores.

Contudo, Martín-Barbero (2006) afirma que, embora as tecnologias elaborem espaços que veiculam a multiculturalidade – indo além das referências tradicionais de identidade – e que permitem que a diferença seja representada também nos discursos que denunciam desigualdades, existe ainda uma visão utópica de que as redes e tecnologias de informação teriam todo o poder da renovação política. O exemplo do Núcleo de Estudos de Prostituição de Porto Alegre nos aponta que a falta de reconhecimento das jovens enquanto integrantes do movimento organizado das prostitutas gera, portanto, dificuldade na renovação das lideranças e das competências para lidar com as recentes possibilidades de comunicação, como a construção e desconstrução de representações nas redes sociais ou a circulação e repercussão de materiais. Isto é notável pelo fato de a organização não realizar interações através da internet – os emails retornam ao remetente, não há site nem perfis nas redes sociais como Facebook e Twitter. A interação continua acontecendo predominantemente de forma presencial, o que pode diminuir o acesso e a busca por informações.

Parece essencial considerar que ainda há grandes parcelas dos receptores que não têm acesso ou não utilizam a internet e as redes sociais nela existentes. Os suportes tecnológicos não estão disponíveis a todas as parcelas da população, muitas vezes são utilizados de formas tradicionais e não podem ser considerados neutros. Conforme coloca Martín-Barbero (2006:70):

(...) hoje, mais do que nunca, (as tecnologias) constituem grupos de condensação e interação de interesses econômicos e políticos com mediações sociais e conflitos simbólicos. Mas, por isso mesmo, elas são constitutivas dos novos modos de construir opinião pública e das novas formas de cidadania, isto é, das novas condições em que se diz e se faz a política.

No mesmo sentido, Silveira (2006) afirma que os suportes tecnológicos que proliferam na sociedade em vias de midiatização servem de forma democratizante para o compartilhamento de mensagens, bens simbólicos e conhecimentos tecnológicos que geram possibilidades de distribuição de riquezas e poder – e, justamente por isto, as megacorporações que controlavam os poderes e as informações atuam para conter a comunicação pública e a cultura livre. Por não estarem disponíveis a todos os grupos estigmatizados que compõem movimentos sociais, as possibilidades comunicacionais que se constituem na sociedade em midiatização não são aproveitadas em todas as suas potencialidades (que ainda estão sendo descobertas e construídas). A democratização do acesso à internet e a outras formas de produção de informações, bem como a capacitação para que os usuários tenham as habilidades necessárias para tal produção, nos parecem fundamentais para que tais movimentos e grupos consigam produzir conteúdos e elaborar sentidos sobre seus grupos, bem como produzir respostas a representações discriminatórias que consigam atingir variadas camadas da população.

Considerações Finais

Em uma sociedade em que a mídia, a comunicação e as possibilidades de interação mediada tornam-se cada vez mais presentes na vida cotidiana, a produção de conteúdo por parte dos integrantes de movimentos sociais constitui-se como importante ação política de luta pelo respeito aos diferentes posicionamentos e às distintas identidades que compõem os sujeitos. Os veículos de comunicação comunitária produzidos por tais movimentos, antes restritos a uma distribuição localmente delimitada, encontram espaços para ampliar seu público e seus contatos com os demais movimentos que possuem reivindicações semelhantes. Por sua vez, os meios de comunicação comunitária que continuam sendo produzidos em versões impressas, por exemplo, mantêm sua característica de influenciar diretamente na interação face a face dos grupos estigmatizados com o restante da população. As ideias e representações

elaboradas pelos sujeitos estigmatizados, ao serem divulgadas por suas próprias vozes, têm grande relevância na construção da cidadania ativa destes grupos.

Independentemente das tecnologias ou plataformas utilizadas pelos movimentos sociais e grupos estigmatizados para dialogar com a sociedade e divulgar suas reivindicações, parece-nos evidente que a construção da cidadania exige a organização dos coletivos, o que só é possível com o reconhecimento das identidades estigmatizadas que são atribuídas aos sujeitos. O enfraquecimento da mobilização de grupos como o das profissionais do sexo pode ser pensado como uma dificuldade de mulheres que atuam como prostitutas reconhecerem-se enquanto tal e, a partir disto, mostrarem-se dispostas a lutar para assegurar direitos e garantir o respeito a esta identidade que as compõe. A partir do reconhecimento, as possibilidades postas pela comunicação comunitária podem, enfim, garantir que vozes com pouco ou nenhum espaço na mídia sejam fontes de informação e construam coletivamente representações não preconceituosas que mostrem os sujeitos estigmatizados como cidadãos e cidadãs.

Referências

ALLES, Natália Ledur. *Boca de Rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário*. Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

BARBALHO, Alexandre. *Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo*. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (orgs). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

BURCH, Sally. *Derechos da la comunicación: nuevos retos*. In: OCLACC-UTPL. *Comunicación, ciudadanía y valores: re-inventando conceptos y estrategias*. Porto Alegre: Ediotra Padre Reus, 2008.

CHAMPAGNE, Patrick. *A visão mediática*. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.

FAUSTO NETO, Antonio. *Será que ele é? Onde estamos? Reflexões sobre a mediatização de um discurso proibido*. Ícone (Recife), v. 1, p. 41-60, 2006.

FAXINA, Elson. *Do mercado à cidadania: o desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira*. São Leopoldo: POSCOM/Unisinus. 2012. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

JODELET, Denise. *Os processos psicossociais da exclusão*. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades*. In: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

NUNES, Márcia Vidal. *Rádios comunitárias: exercício da cidadania na configuração dos movimentos sociais*. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (orgs). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

PAIVA, Raquel. *Para reinterpretar a comunicação comunitária*. In: PAIVA, Raquel (Org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicília M. K. *Comunicação comunitária e educação para a cidadania*. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 3, n. 1, set. 2001.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. *Hackers, monopólios e instituições panópticas: elementos para uma teoria da cidadania digital*. In: *Líbero: revista acadêmica de pós-graduação*. São Paulo, vol. 9, nº 17 (jun. 2006), p. 73-81.